



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 15, 2026, p. 304 - 327

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

**Cuidados e primeiros socorros psicológicos em contextos educativos: entre
linguagem, posição e operação**

Care and psychological first aid in educational contexts: between language, position, and
operation

Welder Rodrigo Vicente¹ Luiz Paulo Ribeiro² Maria Eugênia da Costa Machado³

Submetido: 24/01/2026 Aprovado: 24/03/2026 Publicação: 28/04/2026

RESUMO

Este artigo recentra o cuidado como eixo para orientar práticas de saúde mental em comunidades educativas. Realizamos um ensaio teórico sustentado por revisão narrativa integrativa, em execução de busca bibliográfica, com registros exportados e auditáveis das bases de artigos SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed e ERIC. Foram identificados 1.167 registros brutos (SciELO n=1.002; CAPES n=151; PubMed n=10; ERIC n=4). Após padronização e deduplicação por DOI e por combinação título e ano, bem como triagem por título e escopo, consolidou-se um corpus final de 48 publicações únicas, listado em apêndice e mobilizado na seção de análise para assegurar a conexão entre busca e síntese. A análise temática, com leitura iterativa e codificação, convergiu em três temas. Primeiro, linguagem institucional do cuidado, que legitima o pedido de ajuda por meio de descrições funcionais e critérios explícitos de risco e prioridade. Segundo posições e barreiras interseccionais, que mostram como gênero, raça, classe, sexualidade, geração e deficiência modulam quem cuida, quem é escutado e quem é medicalizado sem análise institucional. Terceiro, a tradução organizacional dos Primeiros Socorros Psicológicos em um pacote mínimo de implementação, composto por rotinas simples e treináveis, organizadas em camadas e sustentadas por governança institucional, pontos de contato e mecanismos de continuidade em rede. Como contribuição, propõe-se o cuidado como infraestrutura institucional de justiça e continuidade e delinea-se um pacote mínimo de implementação com linguagem comum, redistribuição de responsabilidades, PSP situados e integração com a Rede de Atenção Psicossocial.

Palavras-chave: Cuidado; Gênero; Interseccionalidade; Saúde mental escolar; Primeiros Socorros Psicológicos; Governança institucional.

ABSTRACT

This article recenters care as a guiding axis for mental health practices in educational communities. We conducted a theoretical essay supported by an integrative narrative review, based on a bibliographic search with auditable, exported records from the SciELO, CAPES Periodicals Portal, PubMed, and ERIC databases. A total of 1,167 raw records were identified (SciELO n=1,002; CAPES n=151; PubMed n=10; ERIC n=4). After standardization and deduplication by DOI and by the combination of title and year, as well as two-stage screening by title/abstract and educational scope, a final corpus of 48 unique publications was established, listed in an appendix and explicitly mobilized in the analysis to ensure coherence between the search process and the synthesis. Thematic analysis, with iterative reading and coding, converged on three themes. First, an institutional language of care that legitimizes help-seeking through functional descriptions and explicit criteria for risk and priority. Second, intersectional positions and barriers, showing how gender, race, class, sexuality, generation, and disability shape who is expected to provide care, whose help requests are recognized, and who tends to be medicalized without institutional analysis. Third, the organizational translation of Psychological First Aid into a minimum implementation package, composed of simple, trainable routines organized in layers and sustained by institutional governance, designated points of contact, and mechanisms for continuity of care across networks. As a contribution, we propose care as an institutional infrastructure of justice and continuity and outline a minimum implementation package comprising shared language, redistribution of responsibilities, context-sensitive PFA practices, and integration with the psychosocial care network.

Keywords: Care; Gender; Intersectionality; School mental health; Psychological First Aid; Institutional governance.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais., UFMG. welder.rodrico@gmail.com

² Universidade Federal de Minas Gerais., UFMG. luizribeiro@live.com

³ Centro Universitário de Belo Horizonte, UniBH. mariaeugeniamachado0519@gmail.com

1. Introdução

Nas comunidades educativas, o cuidado configura uma prática social que atravessa relações pedagógicas, rotinas institucionais e dispositivos institucionais de organização e resposta, condicionando o modo como demandas são reconhecidas e encaminhadas (ROJAS-ANDRADE et al., 2024). Relacional e política que organiza pertencimentos, expectativas e responsabilidades. Historicamente, sua distribuição foi naturalizada pela divisão sexual e racial do trabalho, o que converteu mulheres, sobretudo mulheres negras e pobres, em cuidadoras preferenciais e frequentemente invisíveis. Essa naturalização não é efeito de essências biológicas, mas de processos históricos de significação que produziram categorias, papéis e fronteiras normativas sobre quem cuida, quem é digno de cuidado e como se cuida na sociedade, e em decorrência disso, na escola e na universidade. A noção de gênero como categoria útil de análise histórica permite problematizar essa naturalização, pois desloca o foco de atributos fixos para regimes de poder e linguagem que regulam tanto corpos quanto instituições educativas (SCOTT, 1995; HARAWAY, 1995).

A crítica feminista ao biologicismo contribuiu para compreender o cuidado como efeito e operação de normas reiteradas. A performatividade, ao evidenciar a repetição de atos que dão aparência de naturalidade a papéis de masculinidade e feminilidade, ajuda a identificar como práticas escolares rotinizam a expectativa de que professoras e técnicas assumam tarefas emocionais e de acolhimento, enquanto professores e gestores sejam associados à disciplina e à autoridade. Em contextos de maior vulnerabilidade, tais expectativas convertem o cuidado em um trabalho afetivo e moral desigualmente distribuído, com implicações sobre bem-estar, reconhecimento e permanência estudantil. Intervir nesse circuito exige reorientar a cultura institucional, não apenas oferecer mais tarefas a quem já cuida, mas transformar significados e critérios de reconhecimento que definem o valor do cuidado na vida escolar e universitária (BUTLER, 2019; HARAWAY, 1995).

O enfoque interseccional aprofunda essa análise ao mostrar que gênero, raça, classe, sexualidade, geração e deficiência não operam como camadas independentes. Em comunidades educativas, esses marcadores configuram, em combinação, trajetórias de acesso a redes de apoio, distribuição de cargas de cuidado e regimes de sanção e tutela. A literatura sobre diferença e interseccionalidades evidencia que tais arranjos têm efeitos simultaneamente simbólicos e materiais, e que a política do cuidado sempre reflete e reproduz disputas por valor, tempo e reconhecimento. Essa chave é decisiva quando a escola ou a universidade externaliza o acolhimento para famílias ou voluntariza o trabalho emocional de estudantes e profissionais que pertencem a grupos historicamente precarizados (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; BIROLI; MIGUEL, 2014).

Ao situar o cuidado no centro do debate sobre saúde mental, torna-se possível compreender que sofrimento psíquico e experiências de crise não são apenas questões clínicas, mas também fenômenos organizacionais e políticos. Nas escolas e campi, dificuldades emocionais emergem em interações de sala de aula, processos avaliativos, conflitos de convivência, condições socioeconômicas, racismo e sexismo institucionais. Nesse ambiente, o cuidado precisa ser compreendido como ecossistema que integra escuta, estabilização, mediação e encaminhamento em rede. Protocolos de resposta imediata, como os Primeiros Socorros Psicológicos (PSP), oferecem um repertório prudencial e de baixo risco para as primeiras horas após eventos críticos. Porém, sua pertinência depende de tradução institucional que reconheça diferenças e evite universalismos que culpabilizam indivíduos ou invisibilizam determinantes sociais do sofrimento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; HOBFOLL et al., 2007).

A produção científica sobre gênero e diferença sustenta que normas e discursos não apenas descrevem, mas produzem realidades. Nas comunidades educativas, isso significa examinar currículos, regimentos, políticas de permanência e práticas de gestão que delinham quem merece atenção e de que forma a atenção é prestada. O cuidado, compreendido como linguagem e prática, demanda um vocabulário institucional capaz de nomear opressões e reconhecer vulnerabilidades sem reduzi-las a identidades fixas. Ao lado de instrumentos técnicos, a construção de ambientes de cuidado requer negociar significados e distribuir responsabilidades entre equipes pedagógicas, serviços de apoio, famílias e redes territoriais, evitando a privatização do acolhimento e a sobrecarga de grupos historicamente responsabilizados (SCOTT, 1995; HARAWAY, 1995; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; BIROLI; MIGUEL, 2014).

No plano operacional, articular cuidado e saúde mental implica aproximar princípios de intervenção breve a uma ética institucional orientada por direitos. A diretriz internacional dos Primeiros Socorros Psicológicos define objetivos como promover segurança, facilitar escuta não julgadora, oferecer apoio prático e conectar a recursos, sempre preservando dignidade, autonomia e cultura dos envolvidos. Em comunidades educativas, tais princípios se traduzem em rotinas como identificação de sinais precoces, manejo de risco, comunicação clara e não violenta, manejo da sala e do grupo, e protocolos de encaminhamento que considerem marcadores sociais da diferença. Intervenções bem-sucedidas combinam preparo organizacional, formação de pessoal e pactos de governança que garantam continuidade após a crise (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; HOBFOLL et al., 2007).

Colocar o cuidado no centro de um projeto de saúde mental escolar e universitária exige reconhecer a escola e a universidade como ecossistemas sociotécnicos que produzem subjetividades, pertencimentos e formas de vida. Nesses ecossistemas, o cuidado deve ser concebido como um bem coletivo e uma prática distribuída, com responsabilidades pactuadas,

indicadores de processo e mecanismos de avaliação participativa. Este artigo adota, portanto, a categoria cuidado como eixo analítico e operativo para compreender e intervir nas relações entre gênero, marcadores sociais da diferença, saúde mental e Primeiros Socorros Psicológicos em comunidades educativas, articulando fundamentos teóricos, desenho metodológico e proposições de implementação institucional para respostas imediatas e para a sustentação de redes de apoio ao longo do tempo (SCOTT, 1995; HARAWAY, 1995; BUTLER, 2019; BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; BIROLI; MIGUEL, 2014; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; HOBFOLL *et al.*, 2007).

Além de diretrizes internacionais, experiências brasileiras recentes explicitam que PCP requerem desenho interdisciplinar que integre ética, diversidade cultural, escuta qualificada, procedimentos de registro e arranjos formativos como supervisão e tutoria, inclusive em modalidades remotas. Essa gramática operacional mostrou-se viável quando articulada a pactos institucionais e redes públicas, como em iniciativas de formação e atendimento psicossocial virtuais implementadas no contexto pandêmico (SOUZA; ALVES, 2025).

Diante desta contextualização perguntamo-nos: Como os marcadores sociais de gênero, articulados a raça, classe, sexualidade, geração e deficiência, influenciam práticas e políticas de cuidado em contextos de saúde mental e intervenções em Primeiros Socorros Psicológicos em comunidades educativas, considerando uma perspectiva antropológica voltada à organização institucional do cuidado e à produção de subjetividades no cotidiano escolar e universitário?

É a partir desta pergunta que este texto pretende consolidar um enquadramento que trate o cuidado como categoria central de análise nas comunidades educativas, articulando gênero como categoria histórica e relacional, diferença e interseccionalidades, performatividade e regimes institucionais de regulação e reconhecimento do cuidado, explicitando princípios e limites dos Primeiros Socorros Psicológicos como tecnologia relacional de baixa complexidade, compatível com tempos e espaços escolares e universitários, especificando elementos essenciais de segurança, escuta, apoio prático e conexão em rede, com atenção à competência cultural e à justiça no cuidado (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; HOBFOLL *et al.*, 2007). Ao fim, é proposta uma matriz concisa para leitura de situações e tomada de decisão em PSP em comunidades educativas, conectando categorias sociológicas e antropológicas a decisões de implementação institucional, incluindo papéis, fluxos e critérios de continuidade do cuidado, sem privatização do acolhimento nem medicalização indevida. Ao final, propõe-se uma matriz concisa para leitura de situações e tomada de decisão em PSP em comunidades educativas, conectando categorias sociológicas e antropológicas a decisões de implementação institucional, incluindo papéis, fluxos e critérios de continuidade do cuidado, sem privatização do acolhimento nem medicalização indevida.

2. O cuidado como prática

Tomamos o cuidado como prática social, relacional e situada historicamente, com estatuto simultaneamente moral, político e laboral. Em comunidades educativas, o cuidado estrutura pertencimentos, regula expectativas e distribui responsabilidades entre estudantes, educadores, equipes técnicas e famílias. Essa distribuição não deriva de essências biológicas, mas de regimes de significação e poder que produzem posições de sujeito e fronteiras do que conta como vida digna de ser cuidada. Conceber gênero como categoria histórica e relacional permite reatar o cuidado a arranjos institucionais e normativos que atravessam a escola e a universidade e que incidem sobre acesso, qualidade e reconhecimento do cuidado no cotidiano educacional (SCOTT, 1995; HARAWAY, 1995).

A crítica feminista ao biologicismo esclarece que o cuidado é efeito de normas reiteradas. O conceito de performatividade ajuda a identificar como rotinas escolares atribuem a professoras e técnicas responsabilidades emocionais e de acolhimento, enquanto associam professores e gestores à disciplina e à autoridade, convertendo o cuidado em trabalho afetivo pouco reconhecido e desigualmente distribuído. Reorientar esse circuito exige transformação de significados institucionais e de critérios de reconhecimento do valor do cuidado, e não apenas somar tarefas a quem já cuida (BUTLER, 2019; HARAWAY, 1995).

A lente interseccional desloca o foco de identidades isoladas para a articulação concreta de marcadores sociais da diferença. Em escolas e campi, gênero, raça, classe, sexualidade, geração e deficiência compõem posições sociais que moldam o acesso a redes de apoio, a exposição à responsabilização moral e a probabilidade de medicalização. O conceito de diferença em Brah ajuda a distinguir celebrações retóricas de diversidade de processos reais de diferenciação que hierarquizam trajetórias e modulam pedidos e ofertas de ajuda em situações de sofrimento psíquico. No Brasil, convergem evidências de que a articulação entre gênero, raça e classe reproduz padrões de desigualdade material e simbólica, com efeitos diretos sobre quem cuida e quem é cuidado nas instituições educativas (BRAH, 2006; PISCITELLI, 2008; BIROLI; MIGUEL, 2014).

Vencato (2024) descreve o cuidado como uma economia moral que se constrói na tessitura das rotinas domésticas e parentais, por meio de negociações sobre quem decide, quem sustenta, quem silencia e quem legitima o que conta como lar, e mostra que essas negociações produzem pertencimento, mas também fraturas, vigilâncias e sobrecargas afetivas que raramente são reconhecidas como trabalho. Ao acompanhar conflitos e arranjos cotidianos, a autora evidencia que o cuidado não é um dado privado, é um dispositivo de regulação que distribui tarefas, responsabilidades e segredos entre membros da família extensa, redes de vizinhança e circuitos de

amizade, modulando as possibilidades de pedir ajuda e de ser escutado com credibilidade. Essa chave ilumina as comunidades educativas, onde a escola frequentemente replica gramáticas domésticas de reconhecimento, silêncio e tutela, convertendo o acolhimento em obrigação de alguns sujeitos e a disciplina em prerrogativa de outros. Para políticas institucionais de saúde mental e para protocolos de Primeiros Socorros Psicológicos, a lição é dupla, reconhecer o cuidado como prática situada que precisa ser nomeada e redistribuída e criar procedimentos que façam transitar entre o conflito e o acordo, com escuta qualificada, validação de experiências e pactos explícitos de continuidade do apoio, de modo a não privatizar o sofrimento nem medicalizar aquilo que é, antes de tudo, uma disputa por valor, lugar e linguagem no cotidiano do viver junto (VENCATO, 2024). Esse achado foi classificado como evidência densa na planilha de extração e ancorou recomendações de nomeação e redistribuição do cuidado (VENCATO, 2024).

No plano das políticas públicas, Ribeiro (2025) sustenta que a saúde mental escolar deve ser compreendida e implementada como política de Estado, articulada à Rede de Atenção Psicossocial e às redes de educação, assistência e direitos. Em vez de respostas episódicas e centradas no especialista, a proposta é incorporar a escola como comunidade de cuidado, com dispositivos de promoção, prevenção e manejo de crises que respeitem a cultura escolar e distribuam responsabilidades de forma pactuada. A agenda pública envolve preparo organizacional, pactos intersetoriais, formação continuada e indicadores para monitorar efeitos. Ao deslocar o eixo do indivíduo para a organização do cuidado e para a responsabilização compartilhada, Ribeiro fornece base para converter diretrizes em rotinas institucionais e para evitar a externalização do acolhimento às famílias ou a medicalização de sofrimentos cotidianos que têm determinantes sociais e escolares (RIBEIRO, 2025).

A tradição dos estudos do corpo reforça essa virada. A crítica de dualismos sexo e gênero, natureza e cultura e mente e corpo reposiciona o cuidado como prática que lida com corporalidades múltiplas e vulnerabilidades não universais, exigindo protocolos sensíveis à variação e à experiência situada. Em termos pedagógicos, a escola regula corpos e identidades por currículos visíveis e ocultos, o que obriga a pensar o cuidado para além de encaminhamentos clínicos, como prática pedagógica e política que pode produzir pertencimento ou silenciamento (FAUSTO-STERLING, 2001/2002; LOURO, 2004).

A ampliação decolonial situa o cuidado nas histórias de colonialidade do poder. A colonialidade do gênero produziu sistemas de diferenciação e dominação que seguem informando as instituições. Em comunidades educativas, sofrimentos de estudantes negros, indígenas e periféricos são frequentemente lidos como indisciplina ou déficit familiar e não como efeito de racismo institucional e precariedades materiais. Essa leitura restringe a legitimidade do pedido de ajuda e instala barreiras de acesso ao cuidado. Reconhecer essa gramática é condição para construir

práticas de escuta e acolhimento que não reproduzam desmentidos e culpabilizações e que distribuam responsabilidades de forma justa entre escola, rede de saúde e assistência e famílias (LUGONES, 2008).

No campo das respostas imediatas, os Primeiros Socorros Psicológicos oferecem repertório prudencial e de baixo risco, com foco em segurança, escuta qualificada, apoio prático e conexão em rede, preservando dignidade, autonomia e cultura. Em comunidades educativas, a tradução desses princípios exige integração a pactos de governança e a fluxos intersetoriais, formação de pessoal não especialista, protocolos de comunicação clara e critérios de continuidade. Os cinco elementos essenciais de intervenção imediata e de médio prazo: segurança, acalmar, autoeficácia, vinculação e esperança oferecem uma gramática mínima que pode ser incorporada a rotinas pedagógicas e de gestão, desde que ancoradas em competência cultural e em leitura interseccional das situações (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011; HOBFOLL *et al.*, 2007).

No horizonte da prática, a literatura nacional recente sistematiza PCP como tecnologia relacional ancorada em princípios de segurança, escuta e apoio, mas dependente de competências culturais e dispositivos institucionais específicos. Quatro eixos se destacam: registro como parte do cuidado e dispositivo de continuidade; escuta oportuna como prática de legitimação de demandas; atenção intercultural para evitar universalismos; e arranjos formativos permanentes (supervisão e tutoria) que sustentam qualidade e responsabilização em rede, inclusive em teleatendimento (SOUZA; ALVES, 2025).

Em síntese, este referencial articula cinco eixos. Primeiro, cuidado como categoria central e linguagem de organização institucional. Segundo, gênero como categoria histórica e performativa que estrutura o valor do cuidado. Terceiro, interseccionalidade e diferença como método de leitura das desigualdades e das barreiras de acesso. Quarto, políticas públicas que institucionalizam a saúde mental escolar como responsabilidade compartilhada e sustentada em rede. Quinto, protocolos de PSP como tecnologia relacional de baixa complexidade que se torna efetiva quando incorporada a ecologias institucionais sensíveis à diversidade e à justiça no cuidado.

3. Métodos

Adotou-se uma revisão narrativa integrativa, com procedimentos explícitos de busca, seleção, extração e síntese, apropriada para reunir literatura heterogênea e produzir uma matriz conceitual-operacional aplicável a comunidades educativas (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). A pergunta orientadora foi: como os marcadores sociais da diferença estruturam práticas e políticas de cuidado em saúde mental e intervenções em Primeiros Socorros Psicológicos em comunidades

educativas, à luz de uma perspectiva antropológica voltada à organização institucional do cuidado. O escopo incluiu textos teóricos, estudos empíricos e diretrizes aplicáveis ao campo educacional.

Para ancoragem contextual brasileira e para apoiar a tradução institucional discutida na análise, utilizou-se Souza e Alves (2025), que sistematizam requisitos éticos, interculturais e operacionais dos Primeiros Cuidados Psicológicos e documentam um programa público de formação e atendimento on-line. Esse material foi tratado como referência contextual e comparativa para a discussão, sem alterar a contagem do corpus recuperado nas bases.

A busca bibliográfica foi executada em outubro de 2025 e reexecutada em janeiro de 2026, com exportação de resultados e metadados auditáveis a partir de SciELO e Portal de Periódicos CAPES (exportações em planilhas e RIS), além de consultas dirigidas em PubMed e ERIC para identificar literatura internacional e documentos orientadores aplicáveis ao contexto educacional. Considerou-se como janela principal o período de janeiro de 2015 a janeiro de 2026 ; entretanto, incluíram-se documentos basilares anteriores quando necessários para sustentar a operacionalização de PSP em contextos educativos e para historicizar usos no campo escolar e formativo, sem que isso alterasse o foco analítico do período recente.

As buscas foram realizadas em SciELO, ERIC, PubMed e Portal de Periódicos CAPES com recorte temporal de 01 janeiro 2015 a 01 de janeiro de 2026, nos idiomas português, espanhol e inglês, e data de execução em 05 outubro 2025 e 18 de janeiro de 2026 para todas as bases. Utilizamos consultas booleanas registradas integralmente em planilha eletrônica. Em SciELO foram lançadas as seguintes expressões: “(cuidado) AND (gênero) AND (escola OR universidade)”; “(interseccionalidade) AND (saúde mental) AND (educação)”; “(marcadores sociais) AND (cuidado) AND (escolar)”; “(psychological first aid) OR (primeiros socorros psicológicos) AND (school OR universidade)”; “(antropologia do cuidado) AND (educação)”; “(saúde mental escolar) AND (política pública)”. Em ERIC e PubMed foram utilizadas: “(cuidado) AND (gênero) AND (escola OR universidade)”; “(interseccionalidade OR interseccionalidad) AND (saúde mental OR salud mental) AND (educação OR educación)”; “(marcadores sociais OR marcadores sociales) AND (cuidado) AND (escolar)”; “(primeiros socorros psicológicos OR primeros auxilios psicológicos) AND (escola OR escuela OR universidad)”; “(antropologia do cuidado OR antropología del cuidado) AND (educação OR educación)”; “(saúde mental escolar OR salud mental escolar) AND (política pública OR política pública)”. No Portal CAPES, empregamos: “(care) AND (gender) AND (school OR university)”; “(intersectionality) AND (mental health) AND (education)”; “(psychological first aid) AND (school OR campus)”; “(anthropology of care) AND (education)”; “(school mental health) AND (policy); “(gender) AND (care work) AND (education)”. Em todas as consultas registramos base, expressão exata, campos de busca, filtros e data e hora.

O fluxo de identificação e seleção seguiu um desenho inspirado no PRISMA, adaptado à revisão integrativa. Na execução identificaram-se 1.167 registros brutos (SciELO n=1.002; CAPES n=151; PubMed n=10; ERIC n=4). Após padronização e deduplicação por DOI e por combinação título e ano, bem como triagem por título e escopo educacional, consolidou-se um corpus final de 48 publicações únicas. As decisões de exclusão foram justificadas em coluna específica na planilha de extração, compondo uma trilha de decisão verificável.

Os critérios de inclusão foram: textos que tratam o cuidado como categoria analítica ou prática institucional em ambientes educativos; estudos que mobilizam gênero, interseccionalidade ou marcadores sociais da diferença; publicações sobre saúde mental em escolas ou universidades, incluindo sua organização institucional; materiais que discutem Primeiros Socorros Psicológicos ou *Psychological First Aid* e sua aplicabilidade a comunidades educativas. Foram excluídos estudos estritamente clínicos sem interface institucional com educação, duplicatas, itens sem metadados mínimos para referência normatizada e publicações centradas exclusivamente em ambientes hospitalares ou emergenciais não educativos. Obras clássicas que sustentam o quadro teórico foram utilizadas para fundamentação conceitual, mas não compõem a contagem numérica do corpus identificado nas bases, distinção registrada na planilha.

A extração de dados foi realizada em planilha estruturada com: referência completa, base e consulta de origem, data da busca, tipo de publicação, contexto educacional, conceitos centrais, marcadores mobilizados, instrumentos e protocolos mencionados, e implicações para cuidado e PSP. A síntese foi conduzida por análise temática, com leitura iterativa, codificação inicial, agrupamento em temas e construção de metatema integrador, articulando os eixos: semântica e gramática institucional do cuidado; posições e barreiras interseccionais; protocolos de resposta e PSP; implicações para governança e políticas.

Para atender à exigência de conexão entre busca e resultados, os estudos do corpus final são listados em apêndice e citados ao longo da seção de análise, com destaque para um conjunto de estudos âncora apresentado em quadro sintético.

4. Análise e Discussão dos Dados

A análise e discussão mobiliza diretamente os estudos do corpus final (n=48), listado no Apêndice A. A síntese tematiza regularidades e tensões recorrentes na literatura selecionada e as organiza em três eixos analíticos articulados. O primeiro eixo aborda a linguagem institucional do cuidado e seus efeitos de legitimação do sofrimento e do pedido de ajuda em contextos educacionais. O segundo eixo examina barreiras e posições interseccionais que modulam quem

cuida, quem é reconhecido como sujeito de cuidado e quem é submetido a respostas estigmatizantes ou medicalizantes. O terceiro eixo discute a tradução organizacional dos Primeiros Socorros Psicológicos (PSP) e sua viabilidade como pacote mínimo de implementação em escolas, integrando formação, fluxos, governança e rede de continuidade.

Quadro 1 – Estudos âncora do corpus final

Autor e ano	Tipo de publicação	Contexto	Contribuição principal para cuidado e PSP
Ramirez et al. (2013)	Estudo piloto	Escola, crianças expostas a trauma	Evidência empírica escolar de PFA (Psychological First Aid) e discussão sobre limites e efeitos de intervenção breve no ambiente escolar
Sijbrandij et al. (2020)	Ensaio randomizado por clusters	Treinamento em PFA	Evidencia efeitos do treinamento em PFA sobre conhecimento e compreensão de princípios psicossociais
Wang et al. (2021)	Revisão de escopo	Treinamento e implementação	Mapeia aplicações, desfechos e lacunas de implementação de PFA, apoiando desenho de programa e indicadores
Wang et al. (2024)	Revisão integrativa	PFA após trauma	Integra evidências sobre efetividade e implementação, reforçando necessidade de tradução organizacional e governança
Rancho, Makgaghelela e Sodí (2025)	Revisão de escopo	Professores	Sintetiza efeitos do treinamento de PFA em docentes, articulando cultura institucional e cuidado de quem cuida
Schreiber, Gurwitch e Wong (2006)	Documento orientador	Escola, estudantes e professores	Propõe modelo operacional Listen, Protect, Connect, útil para pacote mínimo de implementação e linguagem comum
Oliveira et al. (2024)	Estudo analítico	Promoção de saúde mental escolar	Evidencia desafios e potencialidades da colaboração intersetorial, sustentando governança e articulação em rede
Caponi e Dare (2020)	Ensaio crítico	Escola	Fundamenta crítica à psiquiatrização no âmbito escolar e riscos de medicalização sem leitura institucional
Vieira e Torrente (2022)	Estudo empírico	Universidade	Mobiliza interseccionalidade para analisar saúde mental e barreiras ao cuidado na vida universitária
Vazquez et al. (2022)	Estudo empírico	Escolas públicas na pandemia	Mostra impactos da ruptura escolar na saúde mental e aponta papel institucional da escola como proteção psicossocial
Fabi et al. (2025)	Estudo qualitativo	Escola pública	Analisa acolhimento na perspectiva de estudantes, sustentando linguagem do cuidado e reconhecimento

Autor e ano	Tipo de publicação	Contexto	Contribuição principal para cuidado e PSP
Gabriel et al. (2020)	Estudo qualitativo	Adolescência, educação e atenção básica	Discute significados de autolesão para profissionais, informando sinais de risco, acolhimento e rede
Silva et al. (2025)	Intervenção educacional	Escola, simulação	Propõe ensino baseado em simulação para prevenção do comportamento suicida, apoiando formação prática e protocolos
Silva et al. (2023)	Estudo sobre trabalho docente	Escola	Relaciona adoecimento, trabalho e sofrimento docente, sustentando cuidado de quem cuida e organização do trabalho
Cid et al. (2019)	Estudo qualitativo	Escola e educadores	Evidencia percepções de educadores sobre saúde mental e escola como lócus de observação e encaminhamento

Fonte: próprio autor

(a) Linguagem institucional do cuidado e legitimação do pedido de ajuda

Um achado transversal ao corpus é que o cuidado, em contextos educacionais, não opera apenas como disposição moral: ele se realiza por meio de linguagem, rotinas, posições institucionais e dispositivos de registro e encaminhamento. Estudos que exploram a saúde mental no cotidiano escolar descrevem a escola como espaço de observação privilegiada de sinais de sofrimento e de mudanças comportamentais, mas também como lugar no qual a legitimidade do pedido de ajuda depende de categorias institucionalmente reconhecíveis (CID et al., 2019; SILVA; JURDI, 2022). Essa gramática tende a privilegiar marcadores funcionalizantes, como queda de desempenho, indisciplina, absenteísmo ou conflitos, o que pode invisibilizar sofrimentos que não se traduzem facilmente na linguagem escolar, sobretudo quando associados a vulnerabilidades sociais e experiências de violência.

No caso de adolescentes e jovens, o corpus aponta que autolesão, ideação suicida e violências atravessam o ambiente escolar e demandam respostas iniciais que equilibrem acolhimento, proteção e articulação em rede. Ao analisar significados de autolesão para profissionais da educação e da atenção básica, Gabriel et al. (2020) destacam a importância de reconhecer o fenômeno para além de rótulos moralizantes, favorecendo uma escuta que reduza estigma e organize encaminhamentos responsáveis. Estudos sobre violência sexual e violência física entre estudantes reforçam que o ambiente educacional é atravessado por experiências de agressão e violações de direitos com impactos relevantes para saúde mental, exigindo respostas que ultrapassem o improvisado (SANTOS et al., 2019; ROMEIRO et al., 2021).

O acolhimento, quando observado a partir do ponto de vista discente, aparece como prática relacional que depende de escuta, disponibilidade e reconhecimento do sofrimento como experiência válida. Ao analisar o acolhimento na perspectiva de estudantes de uma escola pública, Fabi et al. (2025) mostram que o cuidado se ancora em experiências concretas de ser ouvido, ser protegido e acessar apoios formais, evidenciando que sua qualidade não se reduz a encaminhamentos: ela envolve o modo como a instituição responde, acompanha e sustenta continuidade. Em contexto universitário, estudos indicam que adaptação acadêmica e sofrimento psíquico se associam a sobrecargas e vulnerabilidades, reforçando o papel institucional na construção de ambientes de aprendizagem que não produzam sofrimento evitável (ANDRADE et al., 2016; SAHAO; KIENEN, 2021; VIEIRA; TORRENTE, 2022).

A evidência selecionada permite sustentar que uma linguagem institucional do cuidado precisa cumprir três funções complementares. Primeiro, tornar inteligível o sofrimento em termos que autorizem acolhimento e proteção sem exigir que o estudante “prove gravidade” para ser atendido. Segundo, garantir que a tradução do sofrimento em categorias escolares não apague determinantes sociais, discriminações e violências. Terceiro, organizar rotinas e responsabilidades de modo que o cuidado não dependa exclusivamente de iniciativas individuais, sob risco de aumentar arbitrariedades, desigualdades de resposta e sobrecarga das equipes.

(b) Posições e barreiras interseccionais: quem cuida, quem é cuidado e quem é medicalizado

O corpus evidencia que o cuidado em comunidades educativas se distribui de forma assimétrica e que essas assimetrias dialogam com marcadores sociais e com o modo como instituições reconhecem ou silenciam o sofrimento. Em chave crítica, Caponi e Dare (2020) problematizam a psiquiatrização do sofrimento no âmbito escolar e indicam que respostas centradas em diagnóstico, medicalização ou disciplinamento podem obscurecer determinantes sociais e processos institucionais. Sob essa perspectiva, a escola corre o risco de operar como dispositivo de normalização quando transforma sofrimento socialmente produzido em problema individual, deslocando a análise do coletivo para o sujeito e esvaziando a responsabilidade institucional.

A literatura que mobiliza interseccionalidade no ensino superior reforça que a experiência de saúde mental é modulada por pertencimentos e desigualdades. Vieira e Torrente (2022) descrevem barreiras relacionadas a reconhecimento, pertencimento, preconceitos e desigualdades materiais que atravessam o cotidiano acadêmico, sugerindo a necessidade de políticas de permanência e dispositivos de cuidado que reconheçam desigualdades como parte constitutiva do

problema. Em convergência, estudos que articulam vulnerabilidade social, bem-estar e participação educacional indicam que o cuidado é condição de acesso e continuidade, reforçando que saúde mental em educação não pode ser dissociada de proteção social e de ambientes inclusivos (SOUZA; PANUNCIO PINTO; FIORATI, 2019).

No campo escolar, evidências sobre violência, bullying e ideação suicida reforçam que experiências de agressão e humilhação se associam a sofrimento psíquico e riscos de agravamento, exigindo respostas que combinem acolhimento, proteção e prevenção (ARAÚJO; SILVA; SILVA, 2025; ROMEIRO et al., 2021). O período pós-pandemia, por sua vez, aparece como marcador de intensificação de ansiedade e tensões no retorno escolar, o que amplia a necessidade de rearranjos institucionais de cuidado (VAZQUEZ et al., 2022; LIMA, 2024). Nesse cenário, respostas exclusivamente individualizantes tendem a oscilar entre negligência e hiperintervenção, produzindo injustiças do ponto de vista da distribuição do cuidado e do reconhecimento.

Outro ponto relevante diz respeito ao cuidado de quem cuida. Estudos sobre trabalho docente e adoecimento apontam que organização do trabalho, sobrecarga e demandas emocionais impactam a saúde mental de professores e equipes, comprometendo a capacidade institucional de sustentar cuidado continuado (SILVA et al., 2023). Essa dimensão reforça que o cuidado precisa ser sustentado por condições materiais, políticas de proteção do trabalho e delimitação de responsabilidades, sob pena de se converter em exigência moral individual e, portanto, em dispositivo de culpabilização.

(c) Primeiros Socorros Psicológicos como arranjo institucional: formação, fluxos e continuidade

O terceiro eixo evidencia que Primeiros Socorros Psicológicos (PSP) / *Psychological First Aid* (PFA) não devem ser tratados como ação isolada ou evento pontual. A literatura selecionada favorece compreendê-los como componente de um arranjo institucional que inclui treinamento, linguagem comum, fluxos, registro mínimo, supervisão e articulação com rede. Um ensaio randomizado por clusters indica que treinamento em PFA produz ganhos em conhecimento e compreensão de princípios de suporte psicossocial (SIJBRANDIJ et al., 2020). Revisões de escopo e integrativas ampliam o argumento ao mapear aplicações, desfechos e lacunas, sugerindo que resultados dependem de adesão institucional, suporte organizacional e adaptação ao contexto (WANG et al., 2021; WANG et al., 2024). No campo da formação docente, revisão de escopo enfatiza que professores podem se beneficiar de capacitação em PSP, mas a sustentabilidade exige acompanhamento, supervisão e inserção em rotinas escolares, evitando sobrecarga e expectativas irreais (RANTHO; MAKGAGHELELA; SODI, 2025).

No contexto escolar, há evidências de aplicabilidade de modelos operacionais de PSP. Um estudo piloto com crianças expostas a trauma discute possibilidades e limites de intervenção breve no ambiente escolar e indica que ações iniciais podem ser úteis quando articuladas a proteção e continuidade (RAMIREZ et al., 2013). O documento orientador *Listen, Protect, Connect: Model and Teach* propõe linguagem comum e passos praticáveis para estudantes e professores, favorecendo a construção de um pacote mínimo treinável (SCHREIBER; GURWITCH; WONG, 2006). A literatura também aponta a importância de inserir estratégias estruturadas de prevenção e preparação no cotidiano escolar. Estudos sobre prevenção do comportamento suicida com ensino baseado em simulação indicam potencial de formação prática para aumentar a capacidade de resposta, desde que articulada a políticas, fluxos e responsabilidades institucionais (SILVA et al., 2025).

No plano da governança, a literatura sobre promoção de saúde mental na escola enfatiza a relevância da colaboração intersetorial e da articulação com a atenção psicossocial, reforçando que PSP precisam estar integrados a uma governança institucional e a uma rede de continuidade, e não apenas apresentados como resposta emergencial (OLIVEIRA et al., 2024). Com base nesse conjunto de evidências, propõe-se uma tradução organizacional de PSP em camadas. A primeira camada refere-se à linguagem comum, que padroniza sinais de alerta, critérios de prioridade e orientações de resposta inicial, reduzindo imprevisto e desigualdades de cuidado. A segunda camada define processos e fluxos, com pontos de contato, registro mínimo e critérios de encaminhamento e de retorno. A terceira camada integra articulação com rede, conectando a instituição a serviços de saúde e proteção social, evitando que escola ou universidade se convertam no único espaço de manejo de crises.

Ao articular os três eixos, o corpus sustenta a proposição de cuidado como infraestrutura institucional de justiça e continuidade. A dimensão de justiça emerge quando a instituição redistribui responsabilidades, estabelece critérios e fluxos transparentes e amplia o reconhecimento de sujeitos e experiências historicamente desautorizados, evitando que sofrimento socialmente produzido seja tratado como falha individual (CAPONI; DARE, 2020; VIEIRA; TORRENTE, 2022). A dimensão de continuidade emerge quando o cuidado deixa de ser evento pontual e se torna circuito institucional, no qual acolhimento, proteção e encaminhamento se conectam a políticas internas, formação permanente e redes externas (OLIVEIRA et al., 2024; WANG et al., 2024). Nesse sentido, PSP podem ser compreendidos como tecnologia prudencial de baixa intensidade e alto valor operacional, desde que situados no contexto e integrados à governança do cuidado, evitando tanto a privatização do acolhimento quanto a medicalização indevida.

5. Considerações Finais

Este artigo recoloca o cuidado no centro das estratégias de saúde mental em comunidades educativas, articulando teoria social, revisão narrativa integrativa e síntese temática para produzir uma matriz operativa verificável. Ao longo do percurso, demonstrou-se que o cuidado organiza a legibilidade do sofrimento, distribui responsabilidades e sustenta a continuidade do apoio quando é tratado como recurso institucional e não como virtude individual. A análise do corpus final obtido por execução de buscas em 18 de janeiro de 2026, com registros auditáveis em SciELO, Portal de Periódicos CAPES, PubMed e ERIC, triagem em etapas e deduplicação documentada, permitiu consolidar três achados que se reforçam mutuamente e que ancoram a proposição de cuidado como infraestrutura institucional de justiça e continuidade.

O primeiro achado é linguístico institucional. Instituições que dispõem de uma gramática clara do cuidado conseguem legitimar pedidos de ajuda, reduzir moralizações e alinhar práticas com princípios. Isso envolve substituir rótulos por descrições funcionais, adotar critérios explícitos de risco e prioridade e unificar vocabulário entre sala, coordenação e gestão. A consistência dessa gramática não é mero detalhe estilístico. Ela reorienta expectativas, amplia a credibilidade de sujeitos historicamente desautorizados e cria condições para rotinas simples de resposta breve ganharem estabilidade e valor pedagógico. Essa orientação é compatível com a compreensão de gênero como categoria histórica e relacional, com críticas a dualismos que naturalizam desigualdades e com a leitura do cuidado como prática social situada, que precisa ser nomeada e regulada para circular de modo justo no cotidiano escolar e universitário.

O segundo achado é posicional interseccional. Gênero, raça, classe, sexualidade, geração e deficiência combinam-se para delimitar quem é mais demandado a acolher, quem tem o pedido de ajuda reconhecido e quem tende a ser medicalizado sem análise dos determinantes institucionais. A revisão evidenciou que políticas de diversidade podem coexistir com rotinas que reproduzem assimetrias se não houver pactos explícitos de redistribuição de tarefas, autoridade e tempo. Nomear pontos de contato, instituir plantões e formalizar tutoria entre pares são formas de transformar a responsabilidade difusa em engenharia organizacional, protegendo pessoas e tornando previsível a circulação do cuidado. Essa transformação não elimina conflitos, mas os desloca do campo da moralização para o campo da política institucional, onde podem ser mediados por critérios acordados e por registros que assegurem continuidade e responsabilização.

O terceiro achado é operativo organizacional. Os Primeiros Socorros Psicológicos, quando traduzidos para o tempo pedagógico e para equipes não especialistas, funcionam como tecnologia relacional de baixa complexidade que integra segurança, escuta qualificada, apoio prático e conexão em rede. A síntese indicou que sua efetividade decorre menos de protocolos extensos e mais de rotinas treináveis em três camadas articuladas. Na camada de sala e convivência, reconhecer sinais,

reduzir estímulos, comunicar próximos passos e registrar de modo descritivo. Na camada dos pontos de contato, realizar acolhimento inicial com avaliação simples de risco, oferecer apoio prático e decidir sobre permanência ou acionamento de rede, com responsáveis definidos. Na camada de rede e continuidade, comunicar com família quando pertinente, articular serviços do território, planejar retorno ao grupo e acompanhar indicadores de processo e de efeito. Quando essas camadas operam sob pactos de governança e com contrapartidas em rede, o cuidado torna-se previsível, auditável e pedagógico, reduzindo improvisos e protegendo direitos.

A partir desses achados, a contribuição teórica é recentrar o cuidado como infraestrutura institucional. Isso permite conectar teoria social do gênero e da diferença, antropologia do cuidado e diretrizes de resposta breve, produzindo uma síntese que evita universalismos, reconhece posições e oferece orientações aplicáveis. A contribuição metodológica está em demonstrar que uma revisão narrativa integrativa, com buscas registradas, critérios explícitos de elegibilidade, planilha de extração e análise temática, pode transformar um conjunto heterogêneo de publicações em matriz de decisão rastreável. A contribuição prática, por sua vez, consiste em um pacote mínimo de implementação ao alcance de escolas. Pactuar a linguagem institucional do cuidado. Nomear pontos de contato e instituir plantões com registro descritivo. Formar equipes não especialistas nos princípios de PSP com foco em segurança, escuta, apoio prático e conexão. Estabelecer indicadores formativos simples que retroalimentem decisões e viabilizem ciclos de melhoria. Integrar fluxos internos a redes externas com responsabilidades compartilhadas e prazos definidos. Esses passos são modestos, mas estruturantes. Eles deslocam o eixo do improvisado para a governança e do encargo privado para o recurso organizacional, alavancando capacidades de resposta e estabilidade de processos.

Há limites que merecem nota: a heterogeneidade metodológica do corpus e a variabilidade terminológica entre áreas introduzem riscos de sobreposição conceitual e de interpretação. Esses riscos foram mitigados por recorte temporal definido, registro de consultas, trilha de decisão e categorias analíticas padronizadas, mas persistem como cenário de incerteza construtiva que demanda prudência na transposição para contextos específicos. Outra limitação é que o artigo não avalia empiricamente a implementação da matriz proposta. Essa lacuna se converte em agenda concreta. Testar a matriz em comunidades educativas com diferentes perfis. Triangular percepções de estudantes, docentes, equipes técnicas e gestão. Monitorar indicadores de processo e de resultado, como tempo de resposta, estabilidade de fluxos, legitimidade do pedido de ajuda e redução de encaminhamentos indevidos. Descrever custos e contrapartidas da integração com redes de cuidado do território. Produzir narrativas de casos que permitam refinar a gramática institucional e ajustar os pontos de contato. Ao reunir linguagem comum, dispositivos de formação contínua e rotinas de resposta inicial articuladas a redes externas, torna-se possível consolidar

governança e contrapartidas como condições para transformar os Primeiros Cuidados Psicológicos em recurso organizacional estável.

Em síntese, ao articular linguagem, posição e operação, e ao traduzir PSP em rotinas compatíveis com o cotidiano educativo, este artigo oferece uma via de passagem do discurso à decisão. O cuidado aparece como arquitetura organizacional que amplia a capacidade das comunidades educativas de responder a crises sem perder o horizonte formativo, reduz assimetrias e sustenta justiça no cotidiano. O caminho proposto é incremental e verificável. Ele se apoia em evidências codificadas, em critérios pactuados e em registros que permitem aprender com a prática. Ao afirmar o cuidado como infraestrutura institucional de justiça e continuidade, abre-se espaço para políticas e arranjos que tornem as comunidades educativas lugares mais seguros, acolhedores e intelectualmente vigorosos, nos quais o sofrimento é reconhecido com dignidade e resposta, e nos quais a aprendizagem inclui também aprender a cuidar.

Referências

- AKHAGBAKER, Jawdat Mamand; KAREEM, Mosleh Saber; RASOOL, Ahmed Ali; SABER, Abdulmalik F.; AZIZ, Kareem Fattah. Assessment of knowledge and practice regarding Psychological First Aid among secondary school students in Erbil City. **Cureus**, v. 16, n. 7, e64671, 2024.
- ANDRADE, Antonio dos Santos; TIRABOSCHI, Gabriel Arantes; ANTUNES, Natalia Amaral; et al. Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016.
- ARAÚJO, Rafael de Sousa; SILVA, Adelson Santos da; SILVA, Maria Micheliana da Costa. Bullying e ideação suicida entre adolescentes em idade escolar no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, 2025.
- ARKSEY, Hilary; O'MALLEY, Lisa. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, 2006.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- CAPONI, Sandra; DARE, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar. **Mediações**, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020.
- CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth; GASPARINI, Danieli Amanda; et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. **Pro-Posições**, 2019.

FABI, Rafaela Mancini; GASPARINI, Danieli Amanda; MARTINEZ, Nathalia Vitória de Carvalho; et al. Adolescências, escola e saúde mental: o acolhimento na perspectiva de estudantes de uma escola pública. **Pro-Posições**, 2025.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17/18, p. 9-79, 2001/2002.

GABRIEL, Isabela Martins; COSTA, Luiza César Riani; CAMPEIZ, Ana Beatriz; et al. Autolesão não suicida entre adolescentes: significados para profissionais da educação e da Atenção Básica à Saúde. **Escola Anna Nery**, 2020.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-42, 1995.

HOBFOLL, Stevan E.; WATSON, Patricia; BELL, Carl C.; et al. Five essential elements of immediate and mid-term mass trauma intervention. **Psychiatry: Interpersonal and Biological Processes**, v. 70, n. 4, p. 283-315, 2007.

KILIÇ BAYAGELDI, Nurhayat; KALOĞLU BINICI, Dilek. Are nursing students ready to respond to disasters? A study on self-efficacy of nursing students to apply Psychological First Aid. **Nurse Education Today**, v. 143, p. 106367, 2024. DOI: 10.1016/j.nedt.2024.106367.

KOUVATSOU, Zoe; DEGERMEDGOGLOU, Georgios; KARAMAGIOLI, Evika; PIKOULIS, Emmanouil. Psychological First Aid training of police officers. **Journal of Police and Criminal Psychology**, v. 37, n. 4, p. 856-862, 2022. DOI: 10.1007/s11896-022-09523-9.

LIMA, Alef de Oliveira. Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção. **Horizontes Antropológicos**, 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-102, 2008.

MOVAHED, Mitra; KHALEGHI-NEKOU, Melika; ALVANI, Elaheasadat; SHARIF-ALHOSEINI, Mahdi. The impact of Psychological First Aid training on the providers: a systematic review. **Disaster Medicine and Public Health Preparedness**, v. 17, e120, 2022. DOI: 10.1017/dmp.2022.27.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de; COUTO, Maria Cristina Ventura; SADIGURSCHI, Gabriela; et al. Promoção de saúde mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial para o campo da Atenção Psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 2024.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 29-66, 2008.

RAMIREZ, Marizen; HARLAND, Karisa; FREDERICK, Maisha; SHEPHERD, Rhoda; WONG, Marleen; CAVANAUGH, Joseph E. Listen, protect, connect for traumatized schoolchildren: a pilot study of Psychological First Aid. **BMC Psychology**, v. 1, n. 1, p. 26, 2013. DOI: 10.1186/2050-7283-1-26.

RAMOS-CASTANEDA, Jorge A.; VILLAMIZAR-OSORIO, Magda Liliana; ROJAS-CABALLERO, Jhon Alexander; HERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Rhonald Andres; GONZALEZ-LOZANO, Raul Antonio; LAGUADO JAIMES, Elveny; CONTRERAS-

RAMOS, Luz Mery. Effectiveness of a nursing intervention to improve basic and Psychological First Aid knowledge among adolescents: a quasi-experimental study. **Nursing and Health Sciences**, v. 27, n. 2, e70126, 2025. DOI: 10.1111/nhs.70126.

RANTHO, Katlego Magdeline; MAKGAGHELELA, Mpsanyana; SODI, Tholene. Effects of Psychological First Aid training on teachers: a scoping review with a global perspective. **Discover Education**, v. 4, art. 362, 2025.

RIBEIRO, Luiz Paulo. Saúde mental escolar como política pública: avanços e desafios da Política Nacional de Atenção Psicossocial a Comunidades Escolares. **Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades**, Teresina, v. 7, n. 2, p. e01-e14, 2025. DOI: 10.26694/caedu.v7i2.6863.

ROJAS-ANDRADE, Rodrigo; ARANGUREN ZURITA, Samuel; PROSSER BRAVO, Gabriel; VARGAS, Belén. Intrinsic motivation and institutional limitations: key implementation determinants of Psychological First Aid training. **Community Mental Health Journal**, v. 60, n. 6, p. 1094-1103, 2024. DOI: 10.1007/s10597-024-01261-y.

ROMEIRO, Juliana Souza; CORRÊA, Marcia Mara; PAZO, Rosalva; et al. Violência física e fatores associados em participantes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 611-624, 2021.

SAHAO, Fernanda Torres; KIENEN, Nadia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2021.

SANTOS, Marconi de Jesus; MASCARENHAS, Marcio Denis Medeiros; MALTA, Deborah Carvalho; et al. Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental no Brasil, 2015. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 535-544, 2019.

SCHREIBER, M.; GURWITCH, R.; WONG, M. **Listen, Protect, Connect: Model and Teach: Psychological First Aid (PFA) for Students and Teachers**. Washington, DC: U.S. Department of Homeland Security, 2006. 8 p. (ERIC ED496719).

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SIJBRANDIJ, Marit; HORN, Rebecca; ESLIKER, Rebecca; O'MAY, Fiona; REIFFERS, Relinde; RUTTENBERG, Leontien; STAM, Kimberly; DE JONG, Joop; AGER, Alastair. The effect of Psychological First Aid training on knowledge and understanding about psychosocial support principles: a cluster-randomized controlled trial. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 2, p. 484, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17020484.

SILVA, Carolina Donato da; JURDI, Andrea Perosa Saigh. Saúde mental infantojuvenil e a escola: diálogos entre profissionais da educação e da saúde. **Saúde em Debate**, v. 46, n. esp. 6, p. 97-108, 2022.

SILVA, Débora Tatiane Goes; AMARAL, Larissa Castelo do; PEDROLLO, Laysa Fernanda Silva; et al. Prevenção do comportamento suicida na escola: ensino baseado em simulação. **Educação e Pesquisa**, 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; et al. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2023.

SOUZA, Larissa Barros de; PANUNCIO PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

SOUZA, Marilene Proença Rebello de; ALVES, Elaine Gomes dos Reis (org.). **Primeiros cuidados psicológicos: intervenção interdisciplinar em crises, emergências e desastres**. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2025.

VAZQUEZ, Daniel Arias; CAETANO, Sheila C.; SCHLEGEL, Rogério; et al. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 133, p. 304-317, 2022.

VENCATO, Anna Paula. “A casa pode ser dele, mas o lar é meu”: relações familiares, conflitos e cuidado. **Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 11, n. 25, p. 219-234, jan./abr. 2024. DOI: 10.48074/aceno.v11i25.16695.

VIEIRA, Vera Maria Sérgio de Abreu; TORRENTE, Mônica de Oliveira Nunes de. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, 2022.

WANG, Ling; NORMAN, Ian; XIAO, Tao; LI, Yamin; LEAMY, Mary. Psychological First Aid training: a scoping review of its application, outcomes and implementation. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 18, n. 9, p. 4594, 2021. DOI: 10.3390/ijerph18094594.

WANG, Ling; NORMAN, Ian; EDLESTON, Victoria; OYO, Christopher; LEAMY, Mary. The effectiveness and implementation of Psychological First Aid as a therapeutic intervention after trauma: an integrative review. **Trauma, Violence & Abuse**, v. 25, n. 4, p. 2638-2656, 2024. DOI: 10.1177/15248380231221492.

WHITTEMORE, Reed; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Psychological First Aid: guide for field workers**. Geneva: WHO, 2011.

ZANOTTI, Sílvia Vieira; BASTOS, Ana (org.). **Psicologia, educação e saúde mental**. Maceió: Edufal, 2023.

APÊNDICE A

Bases consultadas: SciELO; Portal de Periódicos CAPES; PubMed; ERIC. Corpus final: 48 publicações únicas após padronização e deduplicação interbases.

AKHAGBAKER, Jawdat Mamand; KAREEM, Mosleh Saber; RASOOL, Ahmed Ali; SABER, Abdulmalik F.; AZIZ, Kareem Fattah. Assessment of knowledge and practice regarding Psychological First Aid among secondary school students in Erbil City. *Cureus*, v. 16, n. 7, e64671, 2024.

ANDRADE, Antonio dos Santos; TIRABOSCHI, Gabriel Arantes; ANTUNES, Natalia Amaral; et al. Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016.

ARAÚJO, Rafael de Sousa; SILVA, Adelson Santos da; SILVA, Maria Micheliana da Costa. Bullying e ideação suicida entre adolescentes em idade escolar no Brasil. Estudos Econômicos (São Paulo), 2025.

BARROS, Sonia; CLARO, Heloisa Garcia. Processo ensino-aprendizagem em saúde mental: o olhar do aluno sobre reabilitação psicossocial e cidadania. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 45, n. 3, p. 700-707, 2011.

BEJA, Maria João; PORTUGAL, Alda; CÂMARA, Joana; et al. Primeiros Socorros Psicológicos: intervenção psicológica na catástrofe. Psychologica, v. 61, n. 1, p. 125-142, 2018. DOI: 10.14195/1647-8606_61-1_7.

BELTRAME, Marina Maria; BOARINI, Maria Lucia. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013.

BIANCHI, Bernardo Leivas; SINIAK, Debora Schlotefeldt; VELOZO, Kelly Dayane Stochero; et al. Saúde mental infantojuvenil nas escolas: percepção de enfermeiros. Cogitare Enfermagem, 2024.

BOMFIM, Vitória Vilas Boas da Silva; BEHRENS, Priscila de Almeida Castro; ARAÚJO, Vanessa de Abreu; et al. Abordagem médica frente à criança vítima de violência sexual. Research, Society and Development, v. 11, n. 11, p. e396111133397, 2022. DOI: 10.33448/rsd.v11i11.33397.

CAPONI, Sandra; DARE, Patricia Kozuchovski. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar. Mediações, v. 25, n. 2, p. 302-320, 2020.

CID, Maria Fernanda Barboza; SQUASSONI, Carolina Elisabeth; GASPARINI, Danieli Amanda; et al. Saúde mental infantil e contexto escolar: as percepções dos educadores. Pro-Posições, 2019.

CONSTANTINIDIS, Teresinha Cid; MATSUKURA, Thelma Simões. Saúde mental de estudantes de Terapia Ocupacional: revisão de escopo. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2021.

FABI, Rafaela Mancini; GASPARINI, Danieli Amanda; MARTINEZ, Nathalia Vitória de Carvalho; et al. Adolescências, escola e saúde mental: o acolhimento na perspectiva de estudantes de uma escola pública. Pro-Posições, 2025.

FENLON, Michael J.; MUFSON, Susan A. Psychological First Aid for children exposed to sexual violence. School Counselor, v. 42, n. 1, p. 48-58, 1994.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi; CID, Maria Fernanda Barboza; SPERANZA, Marina; et al. A intersectorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da Terapia Ocupacional no contexto escolar. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 27, n. 2, p. 454-461, 2019.

FERNANDES, Beatrice Fogolin; RUSSO, Leticia Xander; BONDEZAN, Kezia de Lucas. Relação entre saúde mental e uso de substâncias psicoativas em escolares. Revista Brasileira de Estudos de População, 2022.

GABRIEL, Isabela Martins; COSTA, Luiza César Riani; CAMPEIZ, Ana Beatriz; et al. Autolesão não suicida entre adolescentes: significados para profissionais da educação e da Atenção Básica à Saúde. Escola Anna Nery, 2020.

KILIÇ BAYAGELDI, Nurhayat; KALOĞLU BINICI, Dilek. Are nursing students ready to respond to disasters? A study on self-efficacy of nursing students to apply Psychological First Aid. *Nurse Education Today*, v. 143, p. 106367, 2024. DOI: 10.1016/j.nedt.2024.106367.

KOUVATSOU, Zoe; DEGERMEDGOGLOU, Georgios; KARAMAGIOLI, Evika; PIKOULIS, Emmanouil. Psychological First Aid training of police officers. *Journal of Police and Criminal Psychology*, v. 37, n. 4, p. 856-862, 2022. DOI: 10.1007/s11896-022-09523-9.

LIMA, Alef de Oliveira. Uma etnografia da ansiedade: alteridade, identificação e emoção; casos de saúde mental na experiência escolar no retorno pós-pandêmico. *Horizontes Antropológicos*, 2024.

MARÇAL, Viviane Prado Buiatti; SILVA, Silvia Maria Cintra da. A queixa escolar nos ambulatórios públicos de saúde mental: práticas e concepções. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 10, n. 1, p. 121-131, 2006.

MARTINS, Bruna Melo; CERVELINO, Paula Maria; CID, Maria Fernanda Barboza. O que favorece e o que prejudica a minha saúde mental: o olhar de crianças que frequentam um projeto de contraturno escolar. *Pro-Posições*, 2022.

MATOS, Mariana Bonati de; CRUZ, Ana Catarina Nova; DUMITH, Samuel de Carvalho; et al. Eventos estressores na família e indicativos de problemas de saúde mental em crianças com idade escolar. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 20, n. 7, p. 2157-2163, 2015.

MOVAHED, Mitra; KHALEGHI-NEKOU, Melika; ALVANI, Elaheasadat; SHARIF-ALHOSEINI, Mahdi. The impact of Psychological First Aid training on the providers: a systematic review. *Disaster Medicine and Public Health Preparedness*, v. 17, e120, 2022. DOI: 10.1017/dmp.2022.27.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de; COUTO, Maria Cristina Ventura; SADIGURSCHI, Gabriela; et al. Promoção de saúde mental no contexto escolar: potências, desafios e a importância da colaboração intersetorial para o campo da Atenção Psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 2024.

OLIVEIRA, Valéria Cristina de; DUTRA, Natalia Marcelino; LUDGERO, Laura Figueiredo. “Temos projetos e temos polícia”: a visão dos diretores sobre as estratégias de prevenção à violência em contexto escolar. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2023.

RAMIREZ, Marizen; HARLAND, Karisa; FREDERICK, Maisha; SHEPHERD, Rhoda; WONG, Marleen; CAVANAUGH, Joseph E. Listen, protect, connect for traumatized schoolchildren: a pilot study of Psychological First Aid. *BMC Psychology*, v. 1, n. 1, p. 26, 2013. DOI: 10.1186/2050-7283-1-26.

RAMOS-CASTANEDA, Jorge A.; VILLAMIZAR-OSORIO, Magda Liliana; ROJAS-CABALLERO, Jhon Alexander; HERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, Rhonald Andres; GONZALEZ-LOZANO, Raul Antonio; LAGUADO JAIMES, Elveny; CONTRERAS-RAMOS, Luz Mery. Effectiveness of a nursing intervention to improve basic and Psychological First Aid knowledge among adolescents: a quasi-experimental study. *Nursing and Health Sciences*, v. 27, n. 2, e70126, 2025. DOI: 10.1111/nhs.70126.

RANTHO, Katlego Magdeline; MAKGAGHELELA, Mpsanyana; SODI, Tholene. Effects of Psychological First Aid training on teachers: a scoping review with a global perspective. *Discover Education*, v. 4, art. 362, 2025.

ROJAS-ANDRADE, Rodrigo; ARANGUREN ZURITA, Samuel; PROSSER BRAVO, Gabriel; VARGAS, Belén. Intrinsic motivation and institutional limitations: key implementation determinants of Psychological First Aid training. *Community Mental Health Journal*, v. 60, n. 6, p. 1094-1103, 2024. DOI: 10.1007/s10597-024-01261-y.

ROMEIRO, Juliana Souza; CORRÊA, Marcia Mara; PAZO, Rosalva; et al. Violência física e fatores associados em participantes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 26, n. 2, p. 611-624, 2021.

SAHAO, Fernanda Torres; KIENEN, Nadia. Adaptação e saúde mental do estudante universitário: revisão sistemática da literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2021.

SANDOVAL, Jonathan; SCOTT, Amy Nicole; PADILLA, Irene. Crisis counseling: an overview. *Psychology in the Schools*, v. 46, n. 3, p. 246-256, 2009.

SANTOS, Marconi de Jesus; MASCARENHAS, Marcio Denis Medeiros; MALTA, Deborah Carvalho; et al. Prevalência de violência sexual e fatores associados entre estudantes do ensino fundamental no Brasil, 2015. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 535-544, 2019.

SCHREIBER, M.; GURWITCH, R.; WONG, M. Listen, Protect, Connect: Model and Teach: Psychological First Aid (PFA) for Students and Teachers. Washington, DC: U.S. Department of Homeland Security, 2006. 8 p. (ERIC ED496719).

SIJBRANDIJ, Marit; HORN, Rebecca; ESLIKER, Rebecca; O'MAY, Fiona; REIFFERS, Relinde; RUTTENBERG, Leontien; STAM, Kimberly; DE JONG, Joop; AGER, Alastair. The effect of Psychological First Aid training on knowledge and understanding about psychosocial support principles: a cluster-randomized controlled trial. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 2, p. 484, 2020. DOI: 10.3390/ijerph17020484.

SILVA, Carolina Donato da; JURDI, Andrea Perosa Saigh. Saúde mental infantojuvenil e a escola: diálogos entre profissionais da educação e da saúde. *Saúde em Debate*, v. 46, n. esp. 6, p. 97-108, 2022.

SILVA, Débora Tatiane Goes; AMARAL, Larissa Castelo do; PEDROLLO, Laysa Fernanda Silva; et al. Prevenção do comportamento suicida na escola: ensino baseado em simulação (EBS). *Educação e Pesquisa*, 2025.

SILVA, Jerto Cardoso da; LEAL, Luiza Tamara Almeida; SCHMIDT, Stefanie; et al. Saúde mental, adoecimento e trabalho docente. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2023.

SILVA, Marilda da. A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares. *Educar em Revista*, 2013.

SILVA, Maria Aparecida Miranda da; TAVARES, Ricardo; ARAUJO, Marcelo Grossi; et al. Percepção dos professores de Medicina de uma escola pública brasileira em relação ao sofrimento psíquico de seus alunos. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 41, n. 3, p. 432-441, 2017.

SIMÕES, Celeste; SANTOS, Margarida Frade; LEBRE, Paula; et al. Promover a saúde mental nas escolas (PROMEHS): impacto da implementação do currículo em Portugal. *Educação e Pesquisa*, 2025.

SOUZA, Larissa Barros de; PANUNCIO PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019.

VAZQUEZ, Daniel Arias; CAETANO, Sheila C.; SCHLEGEL, Rogerio; et al. Vida sem escola e saúde mental dos estudantes de escolas públicas na pandemia de Covid-19. *Saúde em Debate*, v. 46, n. 133, p. 304-317, 2022.

VIEGAS, Lygia de Sousa; FREIRE, Klessyo do Espírito Santo; BOMFIM, Flavia Brandão. Atendimento à queixa escolar nos serviços públicos de saúde mental da Bahia. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. 1, p. 133-140, 2018.

VIEIRA, Vera Maria Sérgio de Abreu; TORRENTE, Mônica de Oliveira Nunes de. Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, 2022.

WANG, Ling; NORMAN, Ian; XIAO, Tao; LI, Yamin; LEAMY, Mary. Psychological First Aid training: a scoping review of its application, outcomes and implementation. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, n. 9, p. 4594, 2021. DOI: 10.3390/ijerph18094594.

WANG, Ling; NORMAN, Ian; EDLESTON, Victoria; OYO, Christopher; LEAMY, Mary. The effectiveness and implementation of Psychological First Aid as a therapeutic intervention after trauma: an integrative review. *Trauma, Violence & Abuse*, v. 25, n. 4, p. 2638-2656, 2024. DOI: 10.1177/15248380231221492.

YAO, Hexia; MALEK, Mohd Dahlan A. Evaluation of the effect of ideological and political education on psychological crisis intervention for university students based on data mining algorithm. *Journal of Mathematics*, v. 2021, p. 1-8, 2021. DOI: 10.1155/2021/9504247.